

## **Tribuna Pública em defesa do Poder Local, contra a redução de autarquias e de trabalhadores**

12 de Dezembro de 2011 – Assembleia da República

---

### **Resolução**

---

#### **NÃO À REDUÇÃO DE AUTARQUIAS E DE TRABALHADORES**

## **Defendamos a democracia, a descentralização e o desenvolvimento**

**Os propósitos governamentais de redução do número de autarquias e de trabalhadores constituem um atentado contra a democracia, a descentralização, o emprego e o desenvolvimento do País, não resolvem os problemas da crise antes a agravam.**

#### **Considerando:**

1. Que o memorando assinado com a *troika* FMI/BCE/EU e o «Documento Verde da Reforma da Administração Local» afirmam o claro propósito governamental de, a coberto da pretensa necessidade de combate à crise e aos problemas da dívida pública, lançar sobre o Poder Local Democrático uma violenta e grave ofensiva destruidora que constitui um autêntico acto de vandalismo sobre as autarquias locais e os serviços públicos essenciais que prestam.

Ofensiva que o governo aproveita para articular com o ataque que vem perpetrando contra os trabalhadores da Administração Pública, no caso particular contra os trabalhadores das autarquias e do sector empresarial local, preparando a extinção de milhares de postos de trabalho, a privatização de inúmeros serviços públicos locais e criando ainda mais insegurança e angústia num sector já de si massacrado por uma realidade de baixos salários.

2. Que ao contrário do nome que lhe foi atribuído pelo governo, o conteúdo do chamado documento verde é negro e preocupante para o Poder Local, não deixando de constituir um facto insólito que o seu anúncio surja no ano em que se comemoram 35 anos sobre a realização das primeiras eleições para as autarquias locais, entidades que consubstanciam o desígnio constitucional de descentralização e que constituem exemplo impar de desenvolvimento, de investimento, de prestação de serviços públicos essenciais e de democraticidade.
3. Que não estando isentas de erros e de críticas ao seu funcionamento, é inquestionável que as autarquias têm desempenhado ao longo das últimas décadas um papel fundamental no combate aos atrasos estruturais e à interioridade, seja pela acção determinante na criação de infra-estruturas e de prestação de serviços públicos essenciais às populações nas mais diversas áreas - da água aos espaços verdes, dos arruamentos à habitação, da cultura ao desporto -, seja na dinamização do investimento e na criação de emprego, directa e indirectamente.
4. Que não só o Poder Local não foi causador do actual estado deficitário em que o país se encontra, como até contribuiu em 2010 para um *superavit* de 70 Milhões de Euros, constituindo por isso um acto de completa demagogia pretender-se fazer crer que a reforma protagonizada pelo governo seja fundamental num programa de combate à dívida pública.

Pelo contrário, e apesar de apenas absorverem cerca de 10% das receitas totais do Estado e 1,46% do total dos recursos do Orçamento de Estado/2011, as autarquias asseguram cerca de metade do investimento público.

5. Que as autarquias são indispensáveis à qualidade de vida das populações e são inegáveis as realizações do Poder Local Democrático ao longo destas quase quatro décadas de democracia na sociedade portuguesa, realizações essas apenas possíveis pelo carácter de autonomia, de proximidade com as populações e de democraticidade que a Constituição da República lhe confere, modelo que importa defender e aprofundar.
6. Que a redução do número de autarquias e de trabalhadores ao seu serviço é uma medida absolutamente desproporcional e cega, porquanto: 1) Portugal é um dos países da União Europeia em que os municípios têm maior dimensão média, nomeadamente nos níveis

demográficos e geográficos; 2) os municípios são responsáveis por apenas 18% dos funcionários públicos e é um dado inegável que as tarefas que desempenham são indispensáveis.

7. Que as autarquias locais têm um importante papel na criação de emprego, directa e indirectamente, e conseqüentemente no combate ao desemprego que grassa hoje na sociedade portuguesa.

Por isso, num quadro em que se sabe não existirem trabalhadores a mais nas autarquias, é inadmissível a insistência na redução destes, medida que a concretizar-se irá seguramente potenciar o já assustador número de desempregados que o país regista, a insegurança, a angústia e a pobreza.

Tal como são inadmissíveis os novos estrangimentos financeiros que pendem sobre as autarquias locais, estrangimentos esses que limitarão a sua capacidade realizadora e o investimento, com reflexos inevitavelmente negativos sobre o desenvolvimento local a todos os níveis, naturalmente também sobre o desemprego e sobre o consumo.

8. Que uma reforma sobre o sector empresarial local não pode sustentar-se em princípios meramente economicistas e sem atenção à realidade específica dos serviços prestados, muitos sem qualquer carácter lucrativo.
9. Que, acrescendo à já anunciada intenção de privatização do grupo Águas de Portugal a preconizada retirada da responsabilidade às autarquias locais pelos serviços de água e de saneamento constitui mais uma tentativa de centralização destes serviços essenciais e o afastamento do controlo democrático por parte dos cidadãos.
10. Que é inadmissível prever-se desde já o encerramento de milhares de juntas de freguesia de forma absolutamente cega e economicista, sem ter em conta o papel imprescindível que prestam, as necessidades das populações e as realidades culturais, históricas e geográficas.

\*

**Os participantes na Tribuna Pública em defesa do Poder Local, contra a redução de autarquias e de trabalhadores, realizada frente à Assembleia da República, no dia 12 de Dezembro de 2011, data em que se assinala a passagem de 35 anos sobre a realização das primeiras eleições autárquicas após o 25 de Abril de 1974, decidem:**

1. Saudar o Poder Local Democrático, desígnio constitucional de descentralização e exemplo impar de desenvolvimento, de investimento, de prestação de serviços públicos essenciais, de apoio insubstituível às populações e de democraticidade.

2. Repudiar veementemente as intenções preconizadas pelo Governo no Documento Verde para a Reforma da Administração Local, afirmando que estamos perante um acto de verdadeiro terrorismo social e laboral levado a cabo por um governo que investe em todos os sentidos contra os avanços civilizacionais conquistados com o 25 de Abril de 1974, no caso particular o Poder Local Democrático e os seus trabalhadores.
3. Considerar que as autarquias locais e os seus trabalhadores estão a ser transformados pelo actual governo, como de resto o foram pelo anterior, num autêntico bode expiatório para os reais problemas do País, exercício que é aproveitado por Passos Coelho e Paulo Portas para o aprofundamento da destruição da Administração Pública, no caso particular do Poder Local, e para a intensificação dos ataques aos seus trabalhadores.
4. Afirmar que qualquer reforma do sector empresarial local não pode assentar em critérios meramente economicistas, antes deve ter presente o carácter público dos serviços públicos prestados, bem como:

Garantir que a eventual extinção de empresas não deve dar lugar em qualquer circunstância à sua privatização, antes se deve prever a sua remunicipalização;

Garantir os postos de trabalho existentes e os direitos dos trabalhadores, sejam aqueles que exercem funções em regime de cedência de interesse público, sejam os que entretanto foram admitidos em regime de contrato individual de trabalho.

5. Manifestar o firme propósito de defender por todos os meios o Poder Local Democrático, os serviços públicos essenciais prestados pelas autarquias às populações e os direitos dos seus trabalhadores, apelando por isso à sociedade em geral para que se mobilize nesta luta que consideramos hoje essencial na sociedade portuguesa, pela democracia, pela descentralização e pelo desenvolvimento.
6. Saudar especialmente a luta das freguesias, dos seus eleitos, populações e trabalhadores, manifestando inteira solidariedade pelo combate que travam e vão intensificar seguramente.

Lisboa, 12 de Dezembro de 2011

A Tribuna Pública